

ENVELHECIMENTO E IMIGRAÇÃO: o caso das mulheres Kabyles na França¹

*Atmane Aggoun*²

Resumo

A partir de materiais coletados junto a mulheres idosas de origem *kabyle* (África) residindo na França, este artigo se propõe a mostrar a ambivalência em relação a diferentes tipos de espaços (vilarejos de origem e sociedades de residência) e traduz a dificuldade de essas mulheres idosas viverem como indivíduos pobres em uma sociedade. Ele aporta alguns elementos de resposta a uma questão típica da sociologia das migrações: como as mulheres idosas pensam um hipotético retorno ao país de origem? Observamos que a maioria entre elas veio para o território francês motivadas pelo projeto de reagrupamento familiar na França, a partir dos anos 1970. Outras, ao contrário, vieram por razões econômicas. Hoje viúvas, solteiras, divorciadas ou casadas, essas mulheres, que outrora exerceram uma atividade profissional, são aposentadas ou mulheres no lar. Como então elas se integram à sociedade francesa? Qual a relação que estabelecem com seu país de origem?

Palavras-chave: Envelhecimento; Imigrantes; Mulheres.

Abstract

From data collected with elderly women of the *kabyle* tribe of Africa, who reside in France, this article proposes to demonstrate the ambivalence in relation to different types of spaces (villages of origin and societies of residence) and translates the hardship these women live as impoverished individuals in french society. It approaches some elements to answer a typical question of migrant societies: Hypothetically, how do these elderly women think of returning to their homeland? We

¹ Tradução de Cornelia Eckert, revisão de Rejane Barcellos.

² Pesquisador em Sociologia na Université de Paris V. Sua pesquisa trata da imigração. Entre seus artigos cita-se a revista *L'Homme et la Société*, v. 139, n. 1, 2001; e na revista *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 90: Voisins em France et au Magherb. Bruits des retrouvailles et silence domestique. E-mail: atmane.aggoun@club-internet.fr

observed that the majority of them came to french territory motivated by the family regrouping project in France, since the 1970's. Others, on the other hand, came for economical reasons. Today these women, now widowed, single, divorced or married, who at other times had carried out a professional activity, are retired or housewives. So, how do they intergrate into french society? What's the relationship they establish with their homeland?

Keywords: Aging; Imigrants; Women.

1 Introdução

Aparentemente tudo já foi dito e escrito sobre a imigração argelina na França. Nos últimos anos vimos aparecer no mercado editorial um número expressivo de obras, estudos, trabalhos universitários e ensaios abordando esse tema sob diferentes aspectos (econômico, jurídico, sociológico, cultural e político).

A questão da imigração argelina parece ter sido tratada com minúcias por todas as disciplinas. As referências bibliográficas são múltiplas, os colóquios e seminários universitários abundam, os relatórios governamentais são publicados regularmente, e centenas de associações reeditam fascículos e revistas. Entretanto, quando desejamos abordar mais particularmente a complexidade cultural e lingüística dessa imigração, quando nos interrogamos sobre os aspectos identitários que revestem e caracterizam as diferentes levas migratórias, nos deparamos com uma raridade de trabalhos publicados. Deparamo-nos igualmente com o silêncio dos documentos, com o silêncio dos autores que trabalharam sobre os movimentos migratórios e com o silêncio dos próprios imigrantes. Como se tratar a complexidade cultural dos homens fosse sentido como um ato não – ortodoxo, no limite do exótico intelectual. Silêncio das ciências sociais que mostra a que ponto os imigrantes estiveram durante longo tempo confinados em uma sociedade invisível, tratados como um bloco monolítico de indivíduos colados à, ou modelados pela nacionalidade de origem³, percebidos como a única referência discriminante de reconhecimento. Como se a simples formulação da naciona-

³ O instrumento lingüístico teria sido um meio eficaz para estimar corretamente em cifras esta população “berbèrophone”, mas infelizmente, nunca foi considerado como um critério de base séria nos recenseamentos.

lidade pudesse ser suficiente para abordar e compreender os milhares de homens e de mulheres que formaram fluxos migratórios importantes.

A pesquisa sobre as minorias culturais que imigraram para França, e as manifestações e relações interculturais que elas geraram, é uma tendência recente dos estudos antropológicos franceses. A construção desse campo de estudos e a elaboração de um saber crítico (SIMON, 1983) para além das correntes clássicas do funcionalismo, do estruturalismo e do marxismo não é uma empresa fácil. Esse tipo de trabalho necessita de uma técnica de pesquisa “transversal”, isto é, um esforço de relacionar as questões que atravessam vários campos de estudos e disciplinas.

O estudo das minorias culturais na França foi estimulado nos anos 1980, pelo impacto bastante mediático da ONG “S.O.S Racismo” e pela explosão das associações de imigrantes. O início dessa década foi um período de efervescência intercultural em que o direito à diferença e as reafirmações identitárias eram tanto as expressões quanto as manifestações de um movimento jovem e profundo. Esses anos colocaram em destaque uma dinâmica social e cultural de emigração/imigração que não podia deixar indiferentes os pesquisadores e universitários especialistas dos movimentos migratórios. Múltiplas interrogações, problemáticas diversas, abriram um novo campo de estudos, insistindo sobre a complexidade da interculturalidade.

Pesquisar, hoje, sobre a história da imigração *kabyle* e, principalmente, sobre a história de seu sentimento identitário pode parecer um empreendimento difícil e um desafio, uma vez que o campo de estudo parece indecifrável, e os dados são dificilmente perceptíveis. Portanto, partimos de uma simples constatação: a importância quantitativa dessa imigração na França e de sua não-representação ou simplesmente de sua ocultação no âmbito de um discurso oficial (tanto francês quanto argelino) que designa o emigrado(a)/imigrado(a) argelino ou magrebinho como árabe. Discursos que varrem, voluntariamente, uma complexidade lingüística real e que aliena todas as especificidades culturais e movimentos migratórios⁴.

⁴ Em regra geral, a imigração de origem “berbère” foi sempre confundida na imigração dita árabe. Uma transferência se exerce entre a percepção do argelino e do árabe pois todo argelino é designado como árabe mesmo se ele é “berbère”.

Essa constatação, essencial pela simples consciência identitária que a pessoa tem de si, é reveladora de uma realidade histórica ocultada: a de uma cultura marginalizada no país de origem pelo Estado-Nação autoritário. Marginalização que se produz e se reproduz, de maneira surpreendente, quando diz respeito à imigração e que ilustra o que o antropólogo Mouloud Mammeri dizia: “Há muito tempo, a cultura *berbère* tem sido uma cultura sem voz”, sem representação, diluída em uma uniformização das populações magrebina na França.

Historicamente, os *kabyles* e depois os *soussis* marroquinos foram os primeiros, no início do século, a ultrapassar o Mediterrâneo para vir trabalhar na França. A importância e a regularidade da mão-de-obra *kabyle* no tempo são indiscutíveis; encontramos inúmeros traços nos arquivos e nos documentos coloniais. Nos anos 1920, a *Kabylia* era a principal provedora de mão-de-obra para a metrópole. Em 1934, ela fornecia os três quartos de imigrantes e, em 1950, 50% a 60% dos trabalhadores que haviam partido para a França eram de origem *kabyle*. A independência da Argélia não provocou profundas mudanças e, sobretudo, não impediu a emigração em direção à França; não só da *Kabylia*, a emigração se estendeu a partir de outras regiões da Argélia, sobretudo das zonas de língua árabe: *l’Oranie*, os planaltos constantinos, etc. Isso significa chamar a atenção para até que ponto a emigração é um dado econômico e sociológico essencial da *Kabylia*. Quer dizer, a que ponto uma parte da população de origem magrebina na França é vinculada a um fio mantido a origens específicas, distantes e complexas.

Essa imigração *kabyle*, que tem sido a manifestação mais evidente do subdesenvolvimento econômico e do desequilíbrio das estruturas tradicionais e rurais (SAYAD, 1994) – o campesinato tendo sido a principal provedora da mão-de-obra – é predominante na emigração magrebina na França.

Inúmeros sociólogos publicaram estudos sobre o envelhecimento das mulheres imigradas ou sobre os trabalhadores migrantes aposentados. Mas poucos estudaram um grupo em particular, o das mulheres imigrantes idosas *kabyles*.

As pesquisas sobre o tema do envelhecimento dos imigrantes começaram no decurso dos anos 1990, no momento em que os imigrantes

magrebinos, vindos para a França nos anos 1950-1970, atingiam a idade da aposentadoria. Como explica Bron, [. . .] o processo de atingir a aposentadoria por parte de milhares de imigrados é um fenômeno relativamente recente para o qual nenhuma pessoa está verdadeiramente preparada.” (BRON, 1993).

O estudo que descrevemos aqui se inscreve na seguinte problemática: em que medida as mulheres idosas imigrantes *kabyles* residindo na França conseguem se integrar à sociedade francesa? Essa pergunta implica questionar sobre o que entendemos sobre o termo integração e quais são as dimensões dessa integração. São elas de ordem econômica, social, cultural ou cívica? E enfim, quais são os obstáculos a esse processo de integração?

Utilizaremos os resultados de uma enquete qualitativa pela coleta de oito histórias de vida, cruzadas com a observação participante⁵ efetuada em uma das redes de mulheres magrebinas idosas.

2 Imigração e Envelhecimento, uma Reflexão que se Impõe

A preocupação dos pesquisadores e dos políticos sobre os migrantes idosos é recente. A bibliografia aqui apresentada no seguimento de forma cronológica retrata a emergência e os desenvolvimentos dessa problemática de pesquisa.

Os primeiros trabalhos que encontramos datam dos anos 70. Eles dizem respeito ao domínio da demografia e das estatísticas

⁵ Os dados apresentados neste texto são resultantes de um trabalho de campo desenvolvido em Paris. Este trabalho tem por objetivo as relações que as mulheres imigrantes idosas concebem em relação a sociedade de acolhimento e a sociedade de residência. Para recolher os dados necessários nos utilizamos a metodologia de entrevista biográfica, que se apresenta como uma aventura-narrativa ordinária cuja finalidade é de escavar e folhear o seu passado e o seu presente. As entrevistas que desenvolvemos nos permitiram reconstituir seus itinerários social, profissional, etc. Através destas entrevistas foi possível compreender o papel da identidade em situação de interação. Esta entrevista convida o sujeito a falar mais livremente possível encorajando o máximo a espontaneidade dos informantes a fim de evitar as respostas breves. Todavia, as mulheres idosas foram convidadas a falar em torno de certos temas. A primeira parte das entrevista visa a reconstituição e a análise destas trajetórias sociais e profissionais. Dizendo de outra forma, o objetivo é de medir o caminho percorrido por estas mulheres, do seu vilarejo de origem até a França. A segunda parte tem por objetivo verificar a atitude real destas mulheres idosas à sua sociedade de origem e à sociedade de residência. Perguntamos então suas opiniões sobre a imigração em geral, sua cultura, sua religião e suas práticas sociais. A entrevista foi completada pelo que nos apreendemos fora das situações de entrevista. Para além de seu valor informativo sobre o indivíduo, a entrevista biográfica do qual nos apresentamos fragmentos no presente artigo é rica em signos contraditórios. Algumas indicam os contornos do “eu”, enquanto outras abrem a via de um decentramento do “eu” em relação aos outros, em direção a lógica das relações sociais.

(WISNIEWSKI, 1975; WISNIEWSKI, 1977; PAILLAT, 1977). Nesses artigos, os autores revelam a realidade do envelhecimento de certas camadas da população de imigrantes e tomam consciência dos problemas colocados face à aposentadoria do trabalhador migrante: problemas econômicos, jurídicos, sociais e psicológicos. Com a intervenção de Abdelmalek Sayad no colóquio “Psicologia Médica e Migrantes”, que ocorreu em Marselha em 1980, o debate sobre o envelhecimento dessa população se abre de fato na França.

O recenseamento de 1982 fez aparecer no seio da população imigrada (estrangeiros e franceses naturalizados) uma população de pessoas idosas de 60 anos ou mais, próxima daquela do conjunto da população francesa (BOUMAZA, 1986). Esse efetivo importante incita os pesquisadores e os assistentes sociais a dedicar atenção ao fenômeno. Mas foi só em 1986 que uma revista concedeu um número ao tema da gerontologia e propôs uma linha temática intitulada “O envelhecimento dos estrangeiros na França”⁶.

Em 1988, um comitê de ajuda aos magrebinos idosos na França foi criado na região parisiense, na Casa de Nanterre, graças à iniciativa do pesquisador Omar Samaoli (*Hommes et Migrations*, n. 1126, 1989). Esse autor explica seu engajamento a essa nova causa:

“O CAMAF é uma resposta lógica aos problemas que encontrei por ocasião de minhas pesquisas. Face às dificuldades cada vez mais numerosas, eu não podia mais me conter ao simples papel de pesquisador, era necessário fazer outra coisa. Eu não suportava mais acompanhar e analisar a cada dia essas vidas humanas, não tendo outra coisa a lhes aportar além de compaixão.”

Comandado pelo Fundo de Ações Sociais (FAS), um relatório de pesquisa sobre o envelhecimento dos imigrantes na região parisiense foi realizado em 1992, sob a direção de Gérard Noiriel, coordenado por Eric Guichard e Marie Hélène Lechieu. Eles interrogam as realidades estatísticas e o cotidiano do envelhecimento dos diversos grupos de imigrantes na ilha de França. A síntese desse trabalho foi editado pelo Estu-

⁶ Este número é consagrado a publicação dos atos do Colóquio de 26 de abril 1986 sobre o envelhecimento dos estrangeiros na França. Este colóquio foi organizado pelo centro pluridisciplinar de gerontologia. Universidade de Grenoble, UFR de Ciências Sociais, em que encontramos o texto de A. Sayad, que se tornou clássico.

do de Migrações de 1993. Nesse mesmo ano, uma obra coletiva é publicada pela *Presse Universitaire de Lyon*, intitulada *Envelhecer e Morrer em Exílio* (1993). Coloca inúmeras questões sobretudo sobre as rupturas, os sofrimentos psíquicos, etc.

Ainda em 1993, o dossiê *Envelhecer na Imigração*, publicado pela revista *Ecarts d'identité* (n. 64), aborda de maneira pragmática as diferentes faces da situação dos imigrantes na idade da aposentadoria e coloca a questão crucial do retorno ao país de origem.

Reivindicando a legalidade dos direitos entre franceses e imigrantes no domínio da proteção social, um coletivo (Coletivo dos Acidentados do Trabalho com Handicaps e Aposentados por Igualdade de Direitos – CATRED) de organizações coloca os migrantes idosos, acidentados ou com handicaps como atores principais no cenário. Ele publicou, em 1994, uma brochura intitulada *Por uma Legalidade de Tratamento: os engajamentos internacionais da França pelas pessoas com handicap e os aposentados estrangeiros*. Desde então, numerosos pesquisadores de todas as disciplinas alimentaram o debate, e a imprensa especializada fez eco a esses trabalhos. Em dezembro de 1998, é publicado *Ecarts d'identité* (n. 87), que consagra sua cobertura à “Terceira idade da imigração”. Nesse mesmo ano, a Revista *Migrations/Santé* (n. 99/100) edita “A aposentadoria na trajetória migratória”, e *Gérontologie et Société* (n. 91) publica um número centrado no tema envelhecimento, migrações e culturas. Mais recentemente, *Migrations Société* (n. 68) consagrou um importante dossiê ao tema envelhecer na imigração.

Dos testemunhos aos estudos monográficos, os pesquisadores deram corpo a um novo campo de pesquisa no domínio das migrações internacionais. Sob o olhar da produção científica francófona sobre o envelhecimento da população imigrante, pode-se sugerir que essa problemática de pesquisa, que realmente emergiu no início dos anos 80, entrou numa fase em que os sujeitos de estudos se diversificaram e se atualizaram.

Para elaborar uma resposta à questão particular: as mulheres kabyles imigrantes idosas são “integradas” à sociedade francesa? Citaremos inicialmente Emile Durkheim e sua definição de integração como forma de “laço social”; laço que permite a coesão e a integração da sociedade moderna, caracterizada cada vez mais por uma diferenciação de fun-

ções, isto é, por uma “solidariedade orgânica” – essa solidariedade se torna possível por uma integração dos indivíduos à sociedade por meio de diversas instituições, tais como a escola, a família, a profissão e a sociedade política. De fato, E. Durkheim (1992) concebia a integração como um processo global que diz respeito a todos os indivíduos de uma sociedade e não como um processo específico destinado apenas aos imigrantes. Utilizaremos também a teoria de R. Castel (1996, p. 32) para quem “[. . .] são ‘integrados’ os indivíduos e os grupos inscritos nas redes produtoras de riqueza e de reconhecimentos sociais. Seriam ‘excluídos’ os que não participam de nenhuma maneira dessas trocas reais.”

3 Mulheres Kabyles Idosas e Vulnerabilidade Socioeconômica

A integração socioeconômica das mulheres kabyles imigrantes será aqui analisada a partir de suas trajetórias profissionais e residenciais e de sua percepção de seus percursos. Em seguida, abordaremos a sua sociabilidade, ou seja, as relações que desenvolvem com os membros de seu grupo nacional e os laços que tecem em torno desse grupo. De fato, a relação com o grupo parece pertinente para ser analisado, como sublinha E. Goffman (1975, p. 53), “[. . .] que o grupo seja ou não constituído essencialmente em relação a este que podemos analisar sua história natural e o itinerário moral do indivíduo estigmatizado.”

Hoje, as mulheres *kabyles* idosas imigrantes residindo na França são aposentadas que exerceram uma profissão operária especializada e/ou como empregadas de casas, ou donas de casa que não exerceram atividades profissionais remuneradas. Essas últimas são totalmente excluídas da esfera econômica, já as primeiras se beneficiam de uma modesta aposentadoria, pois alternaram trabalho assalariado legal com atividades informais não legalizadas (“trabalho no negro”) e períodos de desemprego. Elas pertencem, assim, pela sua profissão e por seus ganhos, às classes populares na França. Mas mantêm relações particulares com o trabalho. De fato, parecem desenvolver dois tipos de relações ao trabalho, ligadas as suas experiências individuais e profissionais. As primeiras interiorizaram a divisão do trabalho da sociedade industrial moderna, ou seja, a interiorização da idéia segundo a qual o lugar de trabalho se situa unicamente no exterior de sua casa. Essa maneira de almejar

o trabalho é dada tanto a seu status matrimonial quanto a seu desejo de ascensão social.

De fato, particularmente vinculada à noção de trabalho assalariado na esfera pública, que lhes permite uma dignidade e um status social reconhecido e valorizado pela sociedade francesa, as mulheres concebem o trabalho doméstico da esfera privada como uma tarefa alienante e desvalorizada socialmente, mesmo que seja de forma remunerada. Recusam as condições definidas aos domésticos na França, que tendem a interpretar como as condições de negação da pessoa. Em outros termos, desejam ser consideradas como indivíduos e recusam serem tratadas como “não-pessoas”. Esse denegimento do trabalho doméstico pode ser explicado pela recusa dessas mulheres à posição de dominadas relativa a esse gênero de trabalho. A interiorização da divisão tayloriana do trabalho para certas mulheres é dada a seu estatuto de viúva ou de solteira e ao desejo de ascensão social para os filhos.

Assim H'lima, 63 anos, aposentada e separada de seu marido, que permaneceu no vilarejo em Kabylia, sempre insistiu em exercer uma atividade profissional no exterior de sua casa, atividade cujo objetivo é sua mobilização ascendente: **“Eu fazia a faxina, passava roupa [. . .] tudo isso por meus filhos [. . .] Eu queria que eles tivessem uma vida melhor que a minha.”** Esse discurso mostra a intensa motivação dessa mulher para exercer uma atividade profissional que é estreitamente ligada a um desejo de sucesso social e escolar dos filhos. Esse desejo de ascensão social é talvez uma das razões da imagem que o Ocidente forjou da “mulher magrebina atuante da integração” em oposição à imagem do homem “árabe violento”. As imagens do “torturador” e da vítima foram por muito tempo assinaladas nas políticas públicas que privilegiaram as mulheres magrebins e sobrevalorizaram seu papel na “integração” das crianças na sociedade francesa (DELCROIX; BESKI; RADJA; BERTEAUX, 1997). Obviamente não podemos negar o papel dessas mulheres e seu desejo algumas vezes obsessivo de escolarizar seus filhos e, sobretudo, de favorecer seu sucesso social, mas a oposição ainda estabelecida entre um homem “violento” e “demissionário” e uma mulher “corajosa” e “presente” nos parece simplesmente não dar conta da complexidade da realidade social.

Uma outra oposição é aquela entre a mulher “submissa” confinada ao espaço privado e a mulher atuante da integração exercendo um trabalho no espaço público. Essa última oposição é colocada em causa pela segunda categoria de mulheres, que considera que o trabalho feminino em casa é um verdadeiro trabalho. Uma das mulheres declara que o trabalho cumprido na casa reveste-se de uma importância comparável ao que o homem efetua no exterior da casa. As mulheres dessa segunda categoria parecem não contestar a divisão sexual tradicional do trabalho que confinava, no passado, a mulher ao espaço privado. Mostram, assim, que não têm realmente consciência da dominação masculina da qual são objeto, o que é estreitamente ligado a essa divisão sexual do trabalho. Os homens se beneficiam do “reconhecimento universal” da objetividade das estruturas sociais e das atividades produtivas. Essas últimas não são mais que o resultado da divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 1998). Esse ponto de vista apresenta nuances, pois as mulheres da segunda categoria, vindas mais recentemente para a França, desejam que seus filhos exerçam uma atividade profissional e que não sofram a submissão da divisão tradicional do trabalho. Mesmo valorizando o trabalho doméstico, elas tentam valorizar também o status de mulher.

4 A Expatriação Urbana das Mulheres Kabyles Idosas

O alojamento é um domínio privilegiado para apreender a integração e a exclusão dessas mulheres na sociedade de acolhimento. Inúmeras vezes, as mulheres entrevistadas evocam os problemas de acesso à habitação social, a única maneira de substituir uma habitação qualquer, conseguida ao azar, um cubículo ou um quarto de empregada; o alojamento do imigrante não podendo ser outra coisa do que é a saga do imigrante, o acesso ao alojamento de urgência, provisório, ao acaso (SAYAD, 1980).

O primeiro problema encontrado reside na espera, seguidamente longa, de um alojamento social. É o caso de Fatna, residindo atualmente em apartamento de três peças no *15^{ème} arrondissement* (divisão administrativa dos bairros em Paris). Ela foi obrigada a fazer uma prova de resistência para conseguir esse alojamento:

“Esperei nove anos. Eu estava numa peça sem banheiro nem ducha [...] em 1993 eles me deram um apartamento em Cergy [...] ficava muito longe do meu trabalho na época. [...] e depois eu queria morar em Paris. Escrevi para todo mundo: para o prefeito do meu bairro, para o prefeito de Paris, para o Presidente da República. E a resposta sempre a mesma: ‘Madame, a senhora tem que esperar sua vez.’ Depois de nove anos de luta, obtive este alojamento em Paris.” (aposentada 65 anos)

Essa mulher, portanto, investiu estratégias ofensivas para adquirir seu alojamento, com o qual se declara agora satisfeita. Tal atitude revela essencialmente três obstáculos: o primeiro, ligado à história do alojamento social na França, obedece, às vezes, a lógicas eleitorais, impedindo às unidades domésticas mais desprovidas, ou poderíamos dizer, aos “maus candidatos”, aceder a um alojamento social. O sucesso dessa estratégia mostra a importância do esforço empenhado e a intensidade da mobilização relacional dessa mulher e assinala que ela não está numa “zona de desfiliação”, mas em uma “zona de integração”. Finalmente, essas mulheres tentam atenuar sua vulnerabilidade econômica recorrendo a seu capital social.

Na espera de um alojamento social, elas devem fazer face a uma segunda dificuldade, que consiste em encontrar um alojamento privado. H’lima, (64 anos, aposentada) com quatro filhos, conta as dificuldades sobrevindas a suas tentativas de alugar um apartamento no 16^{ème} *arrondissement*, onde ela finalmente viveu durante 23 anos, antes de conseguir um alojamento social.

“No início minha patroa me hospedou num quarto de empregada com meus dois primeiros filhos; seis anos mais tarde procurei um apartamento. Fui obrigada a mentir, pois escondi minhas crianças para que a imobiliária aceitasse que eu alugasse um apartamento. Quando assinei o contrato, os proprietários não estavam nada satisfeitos, mas fiquei no apartamento mais de 20 anos. Até que obtivemos um alojamento em Belleville no 20^{ème} *arrondissement*. É um bairro difícil.”

A dificuldade de encontrar um alojamento conduziu essa mulher a dissimular a existência de suas crianças. Ou seja, as mulheres com crianças como dependentes e poucos recursos econômicos passam dificuldades ainda maiores para encontrar um apartamento para alugar com

preço moderado ou encontrar um proprietário que aceite alugar a uma família numerosa, com baixas condições econômicas.

Enfim, o último problema que elas encontram – consequência dos dois primeiros – pode ser definido como repúdio urbano, que está relacionado à concentração em espaços urbanos específicos (na periferia de grandes metrópoles e em velhas zonas de industrialização ou portos nos centros de cidades) de categorias ou de situações sociais experimentadas como exclusão pelo não-acesso ao trabalho. A existência desses bairros “desclassificados” remete aos processos econômicos, políticos e sociais globais, exteriores aos bairros.

A presença de uma forte imigração deu um caráter específico ao repúdio urbano e aos modelos de integração republicanos (LAPEYRONNIE 1993; SCHNAPPER 1992) que privilegiam a homogeneidade da base da nação (a França) multicultural fundada sobre a diversidade e a cidadania. Em efeito, as mulheres *kabyles* idosas, em função de sua atividade de empregadas domésticas, eram conduzidas a residirem nos bairros “chiques” de Paris. Tendo habitado esses lugares, elas apresentam de forma mais evidente o sentimento de estarem submetidas à desclassificação, pois conhecem a rejeição ao solicitarem um alojamento nesses bairros reservados aos autóctones.

O sentimento de desclassificação é vivido de maneira forte logo que elas se vêem obrigadas a morar em bairros populares e étnicos de Paris. Isso as conduz a acusar, não o poder público francês, mas os “outros”, isto é, em seu vocabulário, os “negros” e os árabes”, da deterioração desses lugares. Recusam serem assimiladas pelos franceses às populações árabes e mostram seu desejo de distinção social. A passagem por “bons” bairros, simbolizando os valores dominantes dos bairros ditos “sensíveis”, “quentes”, objeto de todos os preconceitos e de todos os fantasmas, incita essas mulheres a negar seu pertencimento aos lugares marcados por etnias, ou guetos. Esse denegrimento mostra a interiorização de valores e de preconceitos dominantes.

5 Uma Sociabilidade Limitada

Por ocasião dessa investigação, constatamos que um espaço ritual, como o da pesquisa, pode se tornar um espaço de sociabilidade, de

representação pública e, sobretudo, de controle social. De fato, as mulheres imigrantes *kabyles* residindo na França sofrem uma invisibilidade social no espaço público que se deve a algumas razões: elas constituem uma minoria estatística; a imigração *kabyle* é antiga, mas não forma um grupo social importante pois, na base, foi uma imigração de homens sozinhos e solteiros. As pioneiras eram minoria entre os outros grupos étnicos da imigração magrebina, em geral, e da imigração argelina em particular. Elas são excluídas das duas sociedades: de emigração e de imigração.

Essa invisibilidade é atenuada por um lugar de culto⁷ particularmente propício para analisar as práticas rituais não somente religiosas mas também sociais dessas mulheres idosas. Por exemplo, Zahra, aposentada, viúva, vivendo só, seus filhos estando já casados, aproveita esse lugar para conquistar uma posição social ligada a sua idade e a sua qualidade de *Hadja* (mulher que cumpriu a peregrinação a Meca). Ela, quando me foi apresentada por uma outra mulher *kabyle*, estava sentada numa cadeira no momento da prece (lembramos que a prece é comumente feita no chão) sob pretexto de um mal nos joelhos. Assim, ela vinha a dominar as outras mulheres que formavam um círculo em seu redor. Era uma sexta feira, as mulheres entravam na mesquita, aportavam com elas o *couscous* (leite extraído de palmeira da África do Norte) porque permaneceriam para cumprir a prece seguinte. Zahra, entretanto, não havia levado nada, e se contentava em distribuir a comida que as outras lhe entregavam, delegando para ela o papel de distribuição. Quando eu lhe perguntei: “Porque você não come a comida que você mesmo divide e distribui?”, ela me respondeu: “Se quisesse couscous, eu o prepararia na minha casa... isso seria próprio”. Zahra distribuía, assim, a palavra e aconselhava as outras pessoas, pontuando as frases com ditos como “Quando eu estive em Meca” ou “l’imam (chefe de prece) da Meca me disse”.

Assim, certas mulheres colocam em cena sua qualidade de idosas e de “Hadja”, duas qualidades correlacionadas no espírito da maior par-

⁷ Este lugar é a Mesquita do Boulevard de Belleville no 11^{ème} arrondissement de Paris chamada de “Mosquée d’Abu Bakr As Siddiq”. Este *Boulevard* é um polo de atração para numerosos muçulmanos de Paris e da periferia desta cidade. Vir para rezar permite assim fazer aquisições no comércio “islâmico” na *Boulevard* e nas ruas vizinhas. É também a ocasião de ir nas livrarias, nos restaurantes e sobretudo aos açougueiros de fazer negócios frutuossos.

te dos magrebinos. Elas buscam, então, esquecer a posição de dominadas que ocupam na condição de mulheres e de imigrantes na França. Tentam reencontrar o lugar que a pessoa idosa supostamente ocupa em seu país de origem, em seus vilarejos⁸. De fato, como constata C. Lacoste-Dujardin (1994), na sociedade *kabyle* o papel e o status da mulher muda logo que ela se torna mais velha⁹. Essa imagem mitificada da mulher idosa no país do *Maghreb* foi fortemente colocada em questão pela imigração para a França. Como o imigrante desempregado, o imigrante idoso é antinômico. Eis por que ele tende a inventar justificativas para sua presença para poder legitimá-la.

A mesquita, por exemplo, é um lugar onde as mulheres imigrantes idosas podem justamente legitimar sua presença. Ela representa um espaço em que a qualidade da pessoa idosa é, ainda, segundo as mulheres, respeitada. O templo é igualmente um lugar em que elas buscam utilizar o estigma de “mulher idosa” como base de organização da própria vida, pois, como observa E. Goffman (1975, p. 33): “Entre os seus, o indivíduo estigmatizado pode fazer de sua desvantagem uma base de organização de sua vida.” A mesquita é, assim, um lugar privilegiado para essas mulheres, porque ele permite manipular a informação. A mesquita é um espaço de controle social perceptível nas relações que se estabelecem entre as mulheres¹⁰. Zahra, por exemplo, ali utiliza seu estigma físico, a artrose, para se sentar em uma cadeira e controlar as outras mulheres, disponibilizando-se a ouvir seus problemas familiares, mas

⁸ Certas mulheres idosas testemunham sua capacidade de cooperação e de participação ao *status* paternal fortemente valorizado em desempenhando o papel de parteiras no vilarejo.

⁹ C. Lacoste-Dujardin designa estas mulheres idosas de “mães patriarcais”. De fato, o patriarcado disciplina as mães contra as mulheres e a adoção pelas mães de valores patriarcais permite a reprodução social e lhes representa neste quadro de poderes limitados que compõem a dominação sofrida.

¹⁰ A mesquita, aqui, substitui a “Taimaat” (assembléia de mulheres) no vilarejo de origem. Após a independência da Argélia a guerra tornou as viúvas e idosas visíveis. Elas eram esposas de homens mortos por uma razão honorável (independência do país). Elas estavam orgulhosas de sua sorte de mesmo honradas pelo estado independente. Estas viúvas dão a impressão que os vivos devem a vida à seus esposos defuntos. Além disso, o Estado lhes versa uma pensão importante assim que a seus filhos (em matéria de emprego, de acesso a bolsas de estudos e ao alojamento, atribuição de licença de taxis). Seus salários passam os dos lares sustentados por homens, trabalhadores. Suas casas tornam-se lugares de reencontro ideal para inatividade que ela oferece. Elas podem sair e falar aos homens. As outras esposas cujo homem esta ausente (em imigração) lhes invejam tanta sorte. Em oposição ao “Taimaat” das mulheres, existe a “Taimaat” dos homens. De nossos dias fala-se do comitê do vilarejo, que é composto de um “Amin” (Presidente) segundo um “Ukil”/“Tamen”, ao mesmo tempo representando e respondendo. Esta assembléia emite as regras relacionadas a vida do vilarejo e dos indivíduos. Sobre esta estrutura, seu papel e seu lugar na sociedade através da sócio-história da Argélia, recorrer a obra d’Alin Mahé, 2001.

recusando-se a desvendar seus próprios segredos. Essa maneira de tornar visível um estigma faz referência à noção de manipulação da informação, que supõe que o indivíduo estigmatizado tem consciência de seu papel e participa de uma dramatização dessa condição, seja para fins de sociabilidade, seja para controle social de seu grupo.

Essa dramatização está ligada ao isolamento dessas mulheres e ao seu desejo de luta. Pois, em razão da ausência de uma comunidade organizada na França, as mulheres *kabyles* idosas, recentemente vindas para a França e que, na maioria das vezes, são analfabetas e não exerceram nenhuma atividade profissional, conhecem as dificuldades para se integrar na vida social e cultural da sociedade de acolhimento. Seu reagrupamento não funciona em nenhum momento como uma verdadeira comunidade com suas regras e seus constrangimentos enquanto tais. Talvez seja mais apropriado falar de comunalização no sentido de M. Weber¹¹ (1971) para compreender a participação em uma vida social condicionada por um jogo de distância entre a França e a Argélia e a vontade de preservação cultural nas relações na sociedade francesa, que vão variar no tempo. Elas dominam mal os códigos culturais que facilitarão sua integração na esfera pública. Percebemos, aqui, não somente seu isolamento social, mas, principalmente, seu sofrimento devido as fofocas por parte de famílias *kabyles* instaladas há mais tempo na França. A função social da fofoca é prioritariamente a de estigmatizar os outros, os “estrangeiros” vindos recentemente. Assim, na mesquita, essas mulheres imigrantes reproduzem a função social da fofoca para controlar a informação e exercer um poder sobre as mulheres recentemente chegadas e menos iniciadas nos códigos locais.

6 As Mulheres Kabyles Idosas entre Paris e Kabylia (Argélia)

Que relações desenvolvem elas com seu país de origem, a Argélia, e com a sociedade de residência, França? Podemos, em primeiro lugar, qualificar o laço dessas mulheres idosas com a Argélia e seus vilarejos como laços simbólicos, porque buscamos compreender as relações pri-

¹¹Max Weber fala de “comunalização” para significar o aspecto dinâmico do processo de reagrupamento particularmente no domínio da sociologia religiosa, com a “comunidade emocional”.

mordiais que as ligam ao país de origem, sobretudo as relações de vizinhança e familiares. Em seguida, a fim de elucidar sua relação com a sociedade de residência, estudamos suas relações com a naturalização.

As mulheres *kabyles* idosas aparentam, na sua maioria, manter os laços simbólicos e primordiais com a Argélia. Zoubida (aposentada, 62 anos), quando retorna a Argélia durante as férias, cultiva os laços com numerosos amigos e seus múltiplos conhecidos. Eses laços, que qualificaremos de relações afetivas, são fundados sobre uma troca de “dons” e de “contradons”. De fato, Zoubida leva presentes às pessoas próximas e recebe em troca o reconhecimento social: **“Nós não retornamos das férias de mãos vazias. É preciso dar chocolates, bombons, tecidos [...]”**. Com esses “pequenos presentes” ela busca manter uma socialização amistosa no espaço feminino argelino e, ao mesmo tempo, legitimar seu status de imigrante. Dizendo de outra forma, tenta reconquistar sua posição social e seu papel na sociedade de origem “esquecendo” sua imigração, que deve passar por um “ato escondido” (SAYAD, 1991).

Entretanto, esse reconhecimento social por meio de um presente oferecido é cada vez mais colocado em questão por outras mulheres, que pensam ser esse ato uma sorte de chantagem afetiva. Face a essa situação, algumas mulheres, sobretudo as instaladas depois de cerca de 30 anos, começam a rejeitar mais e mais esse tipo de relação, principalmente depois do falecimento dos pais. Por isso, Aourida, de 64 anos, aposentada, não entra mais no seu país e não desenvolve mais relações com sua família de origem: **“No passado eu visitava meus parentes, meus pais, irmãos e irmãs. Depois que meus pais faleceram eu não vou mais. Eu cortei com tudo isso [...]”**.

Podemos interpretar esse fenômeno de distanciação como o resultado de sua situação migratória, que transformou suas relações com a família e que suscitou um remanejamento de sua parte em relação à sociedade de origem assim como uma rejeição dessa mesma sociedade em relação a ela. De fato, se tomamos em consideração as razões da partida dessa mulher, podemos dizer que a primeira migração em direção à sociedade francesa foi vivida como uma verdadeira ruptura. Disso compreendemos que seu retorno ao país, mesmo durante o período de férias, é vivido como um refortalecimento e despertar de dores que se acreditavam apagadas (SAYAD, 1986).

O ato de naturalização é um ato que necessita do acordo do grupo dominante e de sua aceitação da pessoa naturalizada como uma pessoa pertencendo ao grupo. As mulheres *kabyles* idosas apresentam uma ambiguidade em relação à naturalização. De fato, se algumas entre elas vêm na obtenção da nacionalidade francesa uma maneira de adquirir direitos jurídicos, elas projetam uma razão utilitária. Outras, ao contrário, consideram a naturalização como um ato capital; portador de carga emocional: “A naturalização não é, como se postula ordinariamente, um ato individual, é antes portador de uma história coletiva.” (SAYAD, 1991).

A decisão de se naturalizar é uma decisão importante. Esse ato significa, para numerosas pessoas, uma ruptura com o país de origem ou com a representação nostálgica que elas têm de seu país de origem. Esse projeto coletivo coloca as mulheres na representação do grupo. Hasna (63 anos, aposentada) de nacionalidade argelina, há muito tempo recusa a naturalização francesa em nome de sua ligação simbólica à sociedade argelina. **“Quando cheguei pela primeira vez na França, passei as fronteiras com um passaporte francês porque a Argélia era francesa. Em 1962, a Argélia se tornou independente [. . .] a administração me deixou a livre escolha de permanecer francesa ou argelina. Optei pela nacionalidade argelina porque são minhas raízes [. . .]”**.

Esse discurso permite melhor compreender por que ela não deseja obter a nacionalidade francesa. Sua recusa pode ser analisada como medo de trair sua família e suas origens culturais. Ainda que as mulheres imigrantes em geral, divorciadas ou viúvas, com um menor controle da moral oficial em relação a honrar os imperativos de sua cultura, possuem uma liberdade mais expressiva em relação aos homens¹², estima-se que o vínculo dessa mulher com a questão da nacionalidade relativiza essa

¹²As relações entre os homens e as mulheres são, ainda atualmente na *Kabylia* estruturada pela lógica de honra. A honra é a *Horma*, o que pode ser insultada, perdida, o sagrado que se deve proteger, colocada ao abrigo de qualquer injúria ou ataque. Como definir o sagrado (Harma, Hram) que a honra deve defender e proteger? A esta questão, o saber *kabyle* responde: “a casa, a mulher, o fuzil” (P. Bourdieu, 1972, p. 34). E assim o Nif, a resposta, o ponto de honra que protege a *Horma*, a restaura à necessidade em sua integridade. A honra impõe pois a polaridade dos sexos que se traduz na separação dos espaços, a divisão das tarefas. Assim se definem o masculino e o feminino. Compreende-se que esta polaridade dos sexos supõe um ethos de honra que é “ação antes que pensamento (e que) informa os atos sem que haja necessidade de formulá-los”. (Ibid: 41). Dizendo de outra forma, sem honra (Nif e Horma), estamos numa desordem absoluta. E como dizia o adágio popular: “a honra é como uma garrafa de óleo logo que uma garrafa se quebra e que o óleo se espalha é impossível a recuperá-la”. Alusão, aqui, a fragilidade e a irreversibilidade.

pressuposição: de fato, tendo trabalhado como operária e tendo feito a experiência da vida coletiva no espaço público, ela parece ter interiorizado uma moral de honra que exerce sobre ela uma repressão social, obrigando-a a considerar a naturalização como um ato de ruptura com a sociedade de origem, sua família e sua cidade.

Outras mulheres, ao contrário, que nunca exerceram uma atividade profissional e que estavam sendo financeiramente sustentadas por seu marido, têm um vínculo com a nacionalidade francesa. Justificam sua recusa a serem naturalizadas não por razões simbólicas e culturais, mas pelos motivos ligados a sua situação individual não somente de mulheres idosas, mas também por sua condição feminina vinculada à casa: **“Se eu tivesse ainda 20 ou 30 anos eu pediria a naturalização, mas agora com mais de 60 anos isso não serve para mais nada.”** Seu comportamento em relação à nacionalidade francesa obedece pois a uma lógica individual, ligada à trajetória migratória pessoal, a sua classe de idade e a seu status matrimonial, enquanto que a posição de Hasna, citada acima, se inscreve numa lógica coletiva, cultural e histórica.

Se essas migrantes idosas se reconhecem por meio de múltiplos pertencimentos e se identificam com vários espaços, não parece impossível ver na aposentadoria uma única alternativa binária : instalação definitiva como migrante ou o retorno ao país para sempre. De fato, antes de ser “daqui” ou de “lá”, os migrantes se sentem nem totalmente “daqui” nem inteiramente “de lá”, e é assim que pouco a pouco aparece uma nova forma de coletividade na qual os membros se reconhecem e se definem pelo vivido na migração, mais do que pela origem comum. Assim, o tempo da aposentadoria permite a possibilidade de satisfazer plenamente esse duplo pertencimento, essa necessidade de estar ao mesmo tempo na França e no país de origem, e cada um desenvolve, no seu ritmo, um longo movimento de deslizamentos, pendendo na balança ora para cá, ora para lá. Esse processo de ir e vir é, para as migrantes idosas, uma maneira de reencontrar, ou mesmo encontrar, um verdadeiro lugar social, considerando a existência de meios para reativar suas redes relacionais na Argélia.

A generalização desse vai-e-vem no seio da população migrante aposentada parece ter um impacto importante não somente na construção identitária individual dessas pessoas, que adquirem uma nova fun-

ção e que vivem fisicamente essa posição “entre-dois”, mas igualmente no conjunto da atividade migrante. De fato, a tomada de consciência individual do estado “entre-dois”, acelerada pela aposentadoria e pela impossibilidade de viver exclusivamente seja no país de origem, seja no país de acolhida, terá conseqüências diretas na construção identitária do coletivo migrante. A identidade pessoal e a identidade social são intimamente ligadas.

Assim, compreendemos melhor os fundamentos do “mito de retorno” tanto no processo que contribui para o encerramento de retornos definitivos, quanto na instrumentalização social daí decorrente. De fato, se os migrantes continuam a definir um estado de “retorno”, e se o projeto de retorno continua a animar os espíritos e a orientar as escolhas de estilos de vida, é sobretudo para justificar a posição de estar “entre - dois” e as práticas circulares em conseqüência. A vontade de voltar ao país de origem, associada à impossibilidade de romper os laços com o país de imigração, oferece uma caução moral a sua mobilidade.

7 Conclusão

As mulheres *kabyles* idosas residentes na França, aposentadas ou esposas do lar, não se situam nem em uma zona de integração, nem em uma zona de desfiliação¹³, (CASTEL, 1995), mas em uma zona de vulnerabilidade. A especificidade do sentimento de vulnerabilidade que afeta a relação com a sociedade de residência mostra o quanto a vulnerabilidade dessas mulheres idosas toca um número crescente de indivíduos na sociedade francesa. Ela retém largamente o risco de insucesso absoluto que ameaça os que não se beneficiam de nenhuma verdadeira proteção, incluindo aqui a de segurança social, excluídas então da assistência à doenças e *handicaps*. De fato, essas mulheres têm modestas condições financeiras sem, por essa razão, serem totalmente

¹³O conceito chave das metamorfoses e a questão social de Robert Castel é sem dúvida aquela da desfiliação. Esta é uma força heurística inegável sobre seu objeto primeiro, a sociedade salarial. R. Castel avança que a emergência da sociedade liberal, livre das tutelas e das proteções do Antigo Regime é fundada sobre o regime do contrato no mercado do trabalho. A desfiliação reenvia em efeito à não inscrição durável dos trabalhadores na ordem social onde eles beneficiam, enquanto que assalariados, de proteções e de status garantidos pelo Estado. A fragilização da sociedade salarial desemboca sobre os processos de desfiliação e sobre uma insegurança social que cresce.

excluídas do espaço econômico. Tentam esconder seu fraco capital econômico obtendo recursos junto à rede de relações e ao poder público. Elas dispõem de uma rede de sociabilidade com forte dimensão comunitária e étnica. Enfim, desenvolvem uma relação simbólica com o país de origem e um laço racional e instrumental com a sociedade de residência. Essa relação ambivalente favorece uma integração cultural dessas mulheres num espaço transnacional franco-argelino.

Referências

- 1 BOUMAZA, N. Espace privé, espace public et immigration. *Revue Internationale des Migrations*. n. 36, 1986.
- 2 BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Droz, 1972.
- 3 BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.
- 4 BRON, P. Vieillir dans l'immigration. *Ecart d'Identit*, Fontaine, n. 64, 1993.
- 5 CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris: Flammarion, 1995.
- 6 CASTEL, R. Les marginaux dans l'histoire. In: POUGMAN S. *L'Exclusion, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996.
- 7 DURKHEIM, E. *De la division du travail social*. Paris: P.U.F, 1992.
- 8 DELCROIX, C.; BESKI, C.; RADJA M-Z.; BERTAUX, S. *Médiatrices dans des quartiers fragilisés: le lien*. Paris: La Documentation Française, 1997.
- 9 GOFFMAN, E. *Stigmate: les usages sociaux des handicaps*. Paris: Minuit, 1975.
- 10 LACOSTE-DUJARDIN, C. *Des mères contre les femmes*. Maternité et patriarcat au Maghreb. Paris: La Découverte, 1985.
- 11 LAPEYRONNIE, D. *L'individu et les minorités: la France et la Grande-Bretagne face à leurs immigrés*. Paris: P.U.F, 1993.
- 12 MAHÉ, A. *Histoire de la grande Kabylie, XIX-XX siècles*. Anthropologie du lien social dans les communautés villageoises. Paris: Bouchene, 2001.
- 13 PAILLAT, P. L'influence des travailleurs migrants sur le vieillissement de la population française. *Hommes et Migration*, Paris, n. 932, 1977.
- 14 SCHNAPPER, D. *L'Europe des immigrés*. Essai sur les politiques d'intégration. Paris: Bourrin, 1992.
- 15 SAMAOLI, O. Un autre regard sur les maghrébins âgés. *Hommes et Migration*, Paris, n. 1126, 1989.

- 16 SAYAD, A. Le logement provisoire pour des travailleurs provisoires. *Recherches Sociales*, Leuven, n. 73, 1980.
- 17 SAYAD, A. La vacance comme pathologie de la condition d'immigré: le cas de la retraite et de la pré-retraite. *Gérontologie*, Paris, n. 60, 1986.
- 18 SAYAD, A. *Immigration et paradoxes de l'altérité*. Bruxelles: De Boek Université, 1991.
- 19 SAYAD, A. Aux origines de l'immigration kabyle ou montagnarde. *Hommes et Migrations*, Paris, n. 1179, 1994.
- 20 SIMON, P. L'étude des problèmes des minorités et des relations interethniques dans l'anthropologie et la sociologie françaises. *Pluriel*, Mantilly, n. 32/33, 1983.
- 21 WEBER, M. *Economie et Société*. Paris: Plon, 1971. t.1.
- 22 WISNIEWSKI, J. Immigration et personnes âgées. *Hommes et Migration*, Paris, n. 892, 1975.
- 23 WISNIEWSKI, J. Les personnes âgées de 65 ans et plus dans l'immigration en France. *Hommes et Migration*, Paris, n. 932, 1977.